



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Ofício CJR nº 38/2023

Campo Largo, 30 de agosto de 2023.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Nos termos do art. 140, §3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conjugado com o art. 35, inciso II da Lei Orgânica do Município, pelo presente encaminhamos a Vossa Excelência a Indicação Legislativa nº 36/2023, cuja Ementa “cria o programa de cooperação intermunicipal da defesa civil, destinado a prestar auxílio mediante cessão temporária de máquinas, equipamentos, veículos e servidores a municípios do estado do Paraná que demandarem auxílio técnico ou operacional em demandas de emergência ou estado de calamidade pública.”

A matéria tratada na proposição, cuja iniciativa é da competência do Senhor Prefeito Municipal conforme prevê o art. 67, III e IV da Lei Orgânica do Município foi apresentada na forma de Indicação de Projeto de Lei, tendo opinado as Comissões competentes pela sua recepção e consequente remessa a este Poder Executivo para análise de sua viabilidade.

Aproveito o ensejo para renovar votos de estima e apreço.

Cordialmente,

**ANDRÉ GABARDO**  
Presidente da Comissão de  
Justiça e Redação

Excelentíssimo Senhor  
**MAURÍCIO RIVABEM**  
Prefeitura Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**INDICAÇÃO DE PROJETO DE LEI Nº 36 /2023**

**SÚMULA:** Cria o Programa de Cooperação Intermunicipal da Defesa Civil, destinado a prestar auxílio mediante cessão temporária de máquinas, equipamentos, veículos e servidores a municípios do Estado do Paraná que demandarem auxílio técnico ou operacional em demandas de emergência ou estado de calamidade pública.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**, Estado do Paraná,  
**APROVOU**, e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Cria o Programa de Cooperação Intermunicipal da Defesa Civil, destinado a prestar auxílio mediante cessão temporária de máquinas, equipamentos, veículos e ou servidores a municípios da região do Estado do Paraná que demandarem auxílio técnico ou operacional para atendimento a demanda de emergência ou estado de calamidade pública.

**Art. 2º** Para efeito desta Lei, a situação de emergência e o estado de calamidade pública passam a ter as seguintes conceituações:

I - Situação de emergência - quando existir a configuração de índices que revelem a iminência de fatores anormais e adversos que possam vir a provocar calamidade pública.

II - Estado de calamidade pública - quando um fenômeno anormal e adverso afetar gravemente a população com uma ou mais das seguintes consequências:

a) ameaça à existência e /ou à integridade da população - elevado número de mortos, feridos e /ou doentes;

*[Handwritten signature]*



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

- b) paralisação dos serviços públicos essenciais - luz, água, transporte, entre outros;
- c) destruição de casas, hospitais;
- d) falta de alimentos e /ou medicamentos;
- e) paralisação das atividades econômicas - tanto no setor primário, como no secundário e terciário.

**Art. 3º** As máquinas, veículos, equipamentos e servidores serão cedidos para a atenuação ou normalização da situação emergência ou calamidade pública que tenha afetado a incolumidade pública ou o funcionamento regular de serviços públicos essenciais, estendendo-se, inclusive, aos setores de saúde, trânsito e segurança, a juízo do município cedente.

**Art. 4º** Caberá ao município auxiliado a responsabilidade pela segurança dos servidores e pelas despesas com combustível, manutenção, conservação e zelo das máquinas, veículos e equipamentos, assim como a alimentação dos servidores públicos cedidos por esta municipalidade, condições sem as quais fica autorizada a imediata cessação do auxílio.

**Art. 5º** O Poder Executivo Municipal expedirá decreto para cada ocasião, instruído do modelo do termo de cessão temporária, o qual expressará as máquinas, veículos, equipamentos e servidores cedidos, determinando-se o prazo para tal.

**Art. 6º** A Secretaria responsável pela Defesa Civil poderá estabelecer parcerias com Municípios Vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações integradas preventivas e de suporte as vítimas de situação de emergência ou de calamidade pública.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**Art. 8º** - Esta Lei será regulamentada, no que couber, pelo Poder. Executivo

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Campo Largo, 14 de agosto de 2023**

  
**Sargento Leandro Chrestani**

Vereador





**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**



**JUSTIFICATIVA**

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída pela Lei nº 12.608/2012 (Brasil, 2012), preconiza diversas competências aos municípios, estados e União, em ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil.

Ademais, a legislação federal estabelece também como diretriz, a atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas.

Ainda, a Constituição Federal prevê a possibilidade da implantação de convênios de cooperação entre os entes federados, com o objetivo a realizar a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços.

Neste aspecto, tem-se que é de grande valia para o Município de Campo Largo, que seja implantado mecanismos jurídicos que permitem a cooperação entre os municípios do Estado do Paraná relacionados as ações no âmbito da Defesa Civil, principalmente, com as cidades vizinhas pertencentes a região metropolitana da grande Curitiba. Isso porque, quando ocorre demandas de emergência ou calamidade pública nas cidades vizinhas, por vezes seus efeitos transcendem as fronteiras municipais.

Apenas a título de argumentação, quando ocorre um desastre no trecho da Rodovia 277 que liga Balsa Nova com Campo Largo, inevitavelmente impactará a nossa cidade, sobretudo, no que tange o fluxo do trânsito local.

Portanto, a presente proposição visa possibilitar o município integrar esforços dos órgãos públicos e da comunidade para fazer frente às adversidades dos desastres causados pela natureza ou por ação do homem nas



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

áreas limítrofes, onde desastres ocorridos em cidades vizinhas possam afetar o território do nosso município.

**Campo Largo, 14 de agosto de 2023**

  
**Sargento Leandro Chrestani**

Vereador